

COMO ABORDAR O USO DO ÁLCOOL NO ENSINO DE QUÍMICA E DEMAIS CIÊNCIAS NATURAIS? PERSPECTIVAS EDUCATIVAS CENTRADAS NA REDUÇÃO DE DANOS

HOW TO ADDRESS THE USE OF ALCOHOL IN CHEMISTRY AND OTHER NATURAL SCIENCES? EDUCATIONAL PERSPECTIVES CENTERED IN DAMAGE REDUCTION

Francisco José Figueiredo Coelho¹
Simone Monteiro²

Resumo

Estudos revelam dados preocupantes sobre o acesso e uso de drogas, principalmente o álcool, entre estudantes brasileiros na faixa de 13 a 15 anos. Frente ao despreparo dos educadores para abordar o tema drogas no contexto escolar no Brasil, este artigo discute o potencial e as possibilidades da abordagem educativa do tema álcool nas disciplinas de química e ciências afins. Com base numa revisão exploratória da literatura, o trabalho apresenta os fundamentos de modelos educativos voltados para prevenção do uso de drogas. Argumentamos que os princípios da Redução de danos, centrados numa proposta mais democrática e autônoma para construir espaços de diálogo e aprendizagem nas escolas, podem orientar ações educativas no âmbito do ensino de química e das biociências. Tal perspectiva se contrapõe a abordagem proibicionista do tema, ainda dominante.

Palavras-chave: Álcool. Adolescência. Educação sobre drogas. Ensino de química. Ensino de ciências e biologia. Redução de danos

Abstract

Studies reveal worrying data on the access and use of drugs, especially alcohol, among brazilian students aged 13 to 15 years. Faced with the lack of preparation of educators to address the issue of drugs in the school context, this article discusses the potential and possibilities of the educational approach of alcohol in the disciplines of chemistry and related sciences. Based on an exploratory review of the literature, the paper presents the foundations of educational models focused on drug prevention. We argue that the principles of harm reduction, centered on a more democratic and autonomous proposal to build spaces for dialogue and learning in schools, can guide educational actions in the field of chemistry and biosciences teaching. Such a perspective contrasts with the still dominant prohibitionist approach to the subject.

Key-words: Alcohol. Adolescence. Drug education. Chemistry teaching. Science and biology teaching. Harm Reduction.

¹ Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz); Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC/RJ); Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte (GIEESAA) do Departamento de Físico-Química – IQ/UFRJ.

² Laboratório de Educação em Ambiente Saúde (LEAS), Instituto Oswaldo Cruz (IOC), Fiocruz. educacaosobredrogas@gmail.com

Introdução

O álcool etílico ou etanol é um dos principais componentes das bebidas alcoólicas, das destiladas às fermentadas. É considerada uma droga psicoativa visto sua capacidade depressora sobre o sistema nervoso central. Embora sua venda e consumo sejam exclusivamente para maiores de idade, atualmente tem sido a droga mais consumida entre os adolescentes dentro e fora do Brasil (ACSELRAD, 2015; MIDFORD *et al.*, 2012).

O *Australian Institute of Health and Welfare* (AIHW) revela que na Austrália, como na maioria das nações ocidentais, o álcool é amplamente difundido entre os jovens. Na faixa a partir dos 14 anos, 82,9% da população já tinha bebido pelo menos uma dose completa³ nos últimos 12 meses. Os menos jovens, de 14 a 29 anos, bebem mais que os grupos de maior faixa etária, mas na faixa de 18 e 19 anos o consumo atinge seu pico (43,7% dos homens e 46% das mulheres consomem álcool pelo menos uma vez ao mês) (AUSTRALIA, 2008).

Segundo Midford *et al.*, (2012) o padrão de consumo que se desenvolve no final da adolescência persiste durante a idade adulta do jovem australiano e pode ter graves consequências. Entre os anos de 1993 e 2002, cerca de 2.643 jovens (1 a cada 10.000) de 15 a 24 anos morreram de lesões atribuídas ao álcool ou doenças ocasionadas pelo seu uso excessivo. No período de 9 anos de 1993/1994 a 2001/2002, estima-se 101.165 hospitalizações atribuíveis a álcool (42 por 10.000) de jovens de 15 a 24 anos, representando cerca de 22% de todas as internações nessa faixa etária (MIDFORD *et al.*, 2012). Pesquisas realizadas pelo AIHW em 2013 revelaram que 21% dos jovens entre 18 e 24 anos (1 em cada 5), ingeriram álcool em níveis de riscos consideráveis para gerar danos à saúde física e mental. Tais taxas cresceram em 2007, onde o número de jovens foi de 30%.

Não apenas o consumo do álcool, mas, do tabaco e outras drogas tem sido uma das principais preocupações nas nações industrializadas contemporâneas ocidentais desde a década de 1960. Essa preocupação, inicialmente centrada nos Estados Unidos, logo se espalhou para outros países ocidentais, como destaca Midford:

Ao longo do tempo, a preocupação das comunidades também chegou a abranger as drogas legais de álcool e tabaco, uma vez que as evidências científicas mostravam que foram essas substâncias que causavam a maior parte dos danos ligados às drogas experimentado pelos jovens [...] (MIDFORD, 2009, p. 1688 – tradução nossa)

No contexto brasileiro, segundo a PeNSE (Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar), estudo realizado com estudantes do país, 26,1% dos adolescentes havia consumido algum tipo de bebida alcoólica nos últimos trinta dias em que foram perguntados, não havendo diferenças

³ Cabe ressaltar que essa dose completa (full drink) corresponde a um padrão australiano de bebida alcoólica, contendo 10 g ou 12,5 ml de álcool (MIDFORD *et al.*, 2012)

significativas entre os homens (25,2%) e as mulheres (26,9%). Dos estudantes consumidores de álcool, a forma mais comum de obter a bebida foi em festas (39,7%), por meio de amigos (21,8%), ou comprando nos estabelecimentos comerciais (15,6%); os outros 10,2% dos escolares fizeram uso do álcool nos últimos 30 dias na própria casa. Dos investigados, 21,8% já sofreu algum episódio de embriaguez na vida, sendo mais comuns entre os entrevistados nas escolas públicas (22,5%) do que na rede privada (18,6%).

No que tange aos efeitos decorrentes do consumo do álcool, 10% relatou problemas com familiares ou amigos, envolvimento em brigas e ausência de frequência nas aulas escolares. O percentual de estudantes que declararam esses problemas foi um pouco maior entre as meninas (10,4%) do que entre os meninos (9,5%) (BRASIL, 2013). A mesma pesquisa realizada em 2015 revelou que essas proporções de consumo de álcool entre os adolescentes se mantiveram muito próximas, sendo o álcool a droga ainda mais consumida pela maior parte dos alunos (BRASIL, 2016).

Estudos apontam que a iniciação precoce do consumo de variados tipos de drogas, incluindo o álcool, entre os jovens, decorre de estímulos diversos, do fácil acesso e da dificuldade de espaços de diálogo sobre o tema no contexto social, escolar e familiar (FERREIRA; TORRALBA, 2010; MOFFAT *et al.*, 2017).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre saúde (BRASIL, 1998) recomendam que o assunto seja discutido nas disciplinas da educação básica; todavia, faltam investimentos na formação dos docentes sobre o tema. Apesar de conviverem com situações associadas ao uso de drogas no contexto escolar e haver demanda por parte dos estudantes para dialogar sobre o assunto, os professores se sentem despreparados para promover ações educativas voltadas para os diversos aspectos do fenômeno das drogas.

Diante desse cenário, o presente artigo discute o potencial e as possibilidades da abordagem educativa do tema álcool com alunos nas disciplinas de química e demais ciências do ensino fundamental e médio, tendo por base os fundamentos de dois modelos de prevenção. Tem-se o propósito de contribuir para o desenvolvimento de práticas educativas acerca do uso de drogas capazes de estimular o autoconhecimento e a reflexão, a partir de um pensamento crítico sobre o mundo, bem como de fomentar espaços de diálogo e aprendizagem⁴ sobre o consumo

⁴ Em outros trabalhos utilizamos o mesmo termo “espaços de diálogo e aprendizagem” ao invés de meramente “espaços de diálogo” sobre drogas, como identificamos em algumas produções. Em nosso entendimento, o primeiro termo configura que não basta apenas criar um espaço (físico ou não) para se falar de drogas. Nesse sentido, as práticas educativas dialógicas sobre drogas devem assumir um viés cognitivo, na medida em que se preocupam com o efeito desse diálogo na aprendizagem dos indivíduos.

recreativo e abusivo de produtos alcoólicos⁵. Este estudo foi orientado por uma revisão exploratória de produções acadêmicas sobre educação e drogas da última década. A maioria das produções nacionais foram encontradas na biblioteca do SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*). Os estudos internacionais foram encontrados na base de dados ERIC (*Education Resources Information Center*).

O artigo foi organizado em duas seções. A primeira descreve modelos educativos e de prevenção do consumo de drogas: proibicionismo *versus* redução de danos. A segunda parte versa sobre o potencial do modelo de redução de danos para se discutir o uso/abuso do álcool nas aulas de química e ciências afins.

Modelos preventivos sobre drogas: proibicionismo *versus* redução de danos (RD)

Partimos da premissa, compartilhada por alguns autores, de que o álcool, assim como outras drogas, evidencia traços da necessidade humana (CARNEIRO, 2002; ACSELRAD, 2005, 2015; SIMÕES, 2008). Tendo em vista tais necessidades, a nosso ver não é cabível descartar as diferentes formas de consumo que variam histórica e culturalmente. Compreender essa demanda pelo uso e, inclusive, do uso abusivo do álcool pelo ser humano pode nos dar pistas para compreender o consumo tão difundido entre os jovens.

As drogas, por muitos séculos, representavam riquezas exóticas, produtos de luxo destinados ao consumo, uso medicinal e alimentar. Com o álcool não foi diferente. Em torno dele, muitas populações basearam suas dietas. A título de exemplo temos o vinho que, para os povos do Mediterrâneo, foi bem mais que um alimento. Representou uma criação complexa e secular, do trabalho cumulativo de inúmeras sociedades, etnias e culturas. Contudo, embora lucrativa para a economia dos países, as discussões sobre proibir ou liberar as bebidas alcoólicas têm sido intensas ao longo da história (CARNEIRO, 2005).

A literatura acadêmica no campo da educação/prevenção sobre drogas tem revelado uma contraposição entre os fundamentos de dois modelos educativos: proibicionismo *versus* redução de danos (RD) (TRIGUEIROS; HAIEK, 2006; PLACCO, 2011; SODELLI, 2010, 2011; ADADE, 2012; MIDFORD *et al.*, 2012; RIBEIRO, 2013; ACSELRAD, 2015; COELHO; MONTEIRO, 2017).

Historicamente, o **proibicionismo** se revela como uma abordagem mais antiga e intimamente ligada às tentativas de interdição do uso das drogas (“Guerra às drogas” – aspas

⁵ Parte desse trabalho foi apresentado na Roda de conversa do I Encontro da Rede Rio de Ensino de Química (I EREQ-RJ), em junho de 2017, trazendo indagações que buscamos explorar mais nesse artigo, sobretudo adequando-o a realidade das escolas públicas no Estado do Rio de Janeiro.

usados por diferentes autores), sendo orientada principalmente para a repressão ao consumo do álcool e outras substâncias (CARNEIRO, 2002; ADADE, 2012; ACSELRAD, 2005, 2015). Nessa direção, o amedrontamento é a ferramenta educativa em si. A propagação das drogas no meio juvenil tornou as campanhas proibicionistas mais agressivas, mas a ingestão de álcool entre os adolescentes não pareceu sofrer uma queda.

Diante das evidências do fracasso das políticas centradas na repressão do consumo e de estudos sobre os diversos fatores envolvidos no uso abusivo de drogas, tem havido mais espaço para novas formas de compreender e lidar com o uso de substâncias psicoativas (ADADE, 2012; HART, 2014; ACSELRAD, 2005, 2015; COELHO; MONTEIRO, 2017). Tal enfoque vem favorecendo um novo olhar social diante das drogas no século XXI, muito mais centrado na redução dos riscos e danos do consumo indevido do que propriamente na proibição do seu uso.

Assim, o segundo modelo, centrado na abordagem da **Redução de danos (RD)**, argumenta que o enfoque proibicionista desconsidera a complexidade do fenômeno das drogas, buscando uma meta única: a abstenção. A RD fundamenta-se na ampliação e aprofundamento de conhecimentos e informações sobre as drogas e seu consumo (abertos a qualquer cidadão), no fortalecimento afetivo dos sujeitos e no desenvolvimento da capacidade de escolha com base em suas possíveis consequências. Dito de outra forma, elabora-se como uma opção mais autônoma e democrática e que explora o potencial dos jovens de pensar criticamente e discutir sobre sua realidade (ACSELRAD, 2005; SOUZA; MONTEIRO, 2011; COELHO; MONTEIRO, 2017).

Como destacado por Adade (2012) e Acselrad (2015), a maior parte das iniciativas que abordam a problemática do uso/abuso de drogas tem sido orientada pelo primeiro enfoque de proibição. Esse fenômeno resulta do resquício da popularização do discurso repressivo que data de dois séculos, alimentado pelo imaginário popular ocidental de que o consumo de drogas induzia seus usuários à violência (ADADE, 2012). Com isso, a partir da segunda metade do século XIX, a mentalidade proibicionista se difundiu enormemente. Parcela da sociedade americana acreditava que banir o consumo do álcool tornaria o país econômica e politicamente mais forte. Registrou-se, então, o ápice desse modelo proibitivo no ano de 1920, com a aprovação da Lei seca. Contudo, Ribeiro (2013) e Acselrad (2015) concordam com a ineficiência dessa medida legal que determinou o fortalecimento das máfias e a venda clandestina de diferentes bebidas alcoólicas, dando início à internacionalização do crime organizado e clandestinação do álcool e de outros produtos psicoativos.

Na visão de pesquisadores (TRIGUEIROS; HAIEK, 2006; MIDFORD, 2009; SOUZA; MONTEIRO, 2011; MIDFORD *et al.*, 2012; RIBEIRO, 2013, ACSELRAD, 2015), a RD, como política e modelo de enfrentamento, se contrapõe à proposta de abstinência e à “guerra e

eliminação das drogas” (aspas nossos) pelo fato de não idealizar ou prometer o fim do consumo como solução. Coerente com os princípios de uma política universalista, a RD se volta tanto para a prevenção, quanto para o cuidado. Contextualizando o termo, no caso do usuário ativo de drogas, ela tem como foco o aconselhamento e dá a devida importância à aproximação e à vinculação, levando-o a refletir sobre o uso, conhecendo melhor seus danos e, se assim desejar, fazê-lo de maneira segura a fim de minimizá-los (TRIGUEIROS; HAIK, 2006; ACSELRAD, 2005, 2015).

Diante dos argumentos apresentados, ressaltamos o quanto uma Educação sobre drogas que se aproprie da realidade de vida dos adolescentes pode ser favorável ao ensino da química e demais ciências (como a biologia e as ciências do ensino fundamental) ao desmistificar o conhecimento científico (sobretudo no que tange a saúde) e torná-lo mais próximo dos alunos (COSTA, 2001). O adolescente cresce num ambiente familiar onde, por vezes, pais e familiares consomem álcool. Ao ligar a televisão, as propagandas de cerveja revelam jovens com beleza e corpos invejáveis em festas fantásticas regadas com diferentes bebidas alcoólicas. Por que o jovem se recusaria a experimentar e consumir produtos associados ao prazer, ao relaxamento e a diversão? Por que ele não teria o direito de usar? Acreditamos que a perspectiva dialógica e a construção de um espaço para falar e ouvir sobre o assunto, centrada na RD, seja inerentemente mais construtiva à aprendizagem. Essas indagações nos oferecem pistas para compreender e estimular a importância de espaços de debate sobre o álcool e outras drogas nas escolas, rumo à elaboração do senso crítico dos adolescentes.

O potencial da RD para discutir o uso/abuso do álcool na disciplina de química e outras ciências naturais: algumas iniciativas

Como identificado nas pesquisas, o álcool é uma droga consumida pelos jovens em diferentes contextos, inclusive dentro de suas casas. Diante dos tabus, desinformação e falta de debate sobre o tema, a escola tem o potencial de criar espaços de diálogo e aprendizagem acerca do uso das drogas na sociedade contemporânea. Tendo em vista os limites e fracasso de ações centradas no enfoque proibicionista, cabe pensar em alternativas que levem em conta as motivações para o uso, o acesso, o contexto do consumo e suas implicações entre os jovens. Tal modelo se aproxima da abordagem centrada na RD e pode ser explorada nas aulas de ciências (ensino fundamental), química e biologia.

Midford *et al.*, (2012), em se tratando de programas de prevenção sobre o consumo abusivo do álcool, acreditam no potencial da RD como uma proposta mais centrada na realidade

desses estudantes. Para os autores, eles não devem ser persuadidos a não beber e sim indagados para o porquê dessas práticas, premissa compartilhada por Hart (2014) e Acselrad (2015). Nesse caminho, Midford *et al.*, (2012) questionam se a eficácia na Educação sobre drogas – sobretudo da prevenção ao uso abusivo do álcool, deve ser medida pela abstinência. Logo, entendem que RD parece ser uma medida mais realista e útil de sucesso na prevenção.

Em face do parágrafo anterior, Midford *et al.*, (2012) acreditam que práticas preventivas englobam habilidades de negociação, sensibilizando os estudantes para a resolução de problemas. Assim, envolver os estudantes na desconstrução de pressões sociais e normas sobre os níveis de uso pode estimular a aprendizagem social e emocional para o enfrentamento do uso abusivo. Embora não garanta seu sucesso, a RD se converte num caminho mais “viável” para atingir os adolescentes. Nesse sentido, os autores compartilham com Moffat *et al.*, (2017) que a eficácia da abordagem preventiva pode ser orientada pelas experiências e interesses dos alunos.

Para os autores até então apresentados, há uma linha de convergência: os jovens são singulares e capazes de pensar de forma autônoma e crítica. Nesse caminho, acreditamos que essas características juvenis podem ser apropriadas pelos professores de diferentes ciências naturais, incluindo a química, para integrar diferentes assuntos dessas disciplinas às experiências cotidianas dentro e fora da escola. O consumo do álcool ao volante, a Lei seca (Lei Federal 11.705/2008), a embriaguez juvenil nas festas e o alcoolismo são exemplos de temas geradores que podem ser articulados aos conteúdos disciplinares da química e das biociências (compostos e solventes orgânicos, reações químicas, fermentação alcoólica, efeitos dos psicotrópicos do cérebro, combustíveis e biocombustíveis etc.).

Cabe lembrar que estes assuntos citados se relacionam com outras ciências escolares e dialogam com os temas transversais; não apenas os do eixo saúde (BRASIL, 1998). Tais situações podem estimular múltiplas discussões sobre o álcool em sala de aula, seja no ensino fundamental ou médio. Quer dizer, pode-se abordar a composição e as aplicações de distintas substâncias, incluindo os psicoativos como o etanol e uma gama de produtos ou imagens que veiculam o álcool na mídia e nas relações e redes sociais em que estes jovens estão inseridos. Essencialmente, uma Educação sobre drogas centrada na RD pode proporcionar ao estudante uma formação mais crítica para as ciências da natureza e extrapolar essa competência para outras ciências escolares.

Ao se sentirem acolhidos, os adolescentes tendem a ficar mais confortáveis para falar de suas experiências e compartilhar suas dúvidas (COELHO, 2016; MOFFAT *et al.*, 2017; COELHO; TAMIASSO-MARTINHON; SOUSA, 2017). Isso foi o que evidenciou o Projeto de extensão DESEJA. Trata-se de uma parceria entre escolas estaduais e o GIEESAA/UFRJ (Grupo Interdisciplinar de Educação, Eletroquímica, Saúde, Ambiente e Arte) desde 2016, em

que jovens do ensino noturno (Educação de Jovens e Adultos – EJA) são preparados em suas aulas de ciências naturais para serem agentes multiplicadores de debates sobre drogas com alunos do nono ano do ensino fundamental. Orientados para ouvir as vivências e experiências dos adolescentes, esses agentes abrem os debates com distintas situações-problema, dentre elas o alcoolismo e as Leis de fiscalização do consumo de álcool. Isso implica em uma relação de aproximação entre o aluno e a disciplina científica. Acreditamos que isso favoreça sua aprendizagem, seja na disciplina de química e ciências afins, seja no âmbito de uma educação para a convivência social e respeito às diferenças (uma das premissas da RD). Nesse viés, o tema álcool se assume como gerador e integrador de diferentes assuntos biológicos, sociológicos, psicológicos, químicos e, inclusive, da saúde pública.

Outra iniciativa a fim de promover prevenção centrada na RD foi descrita no trabalho de Coelho, Monteiro e Barros (2017) ao comentarem uma experiência realizada com alunos do ensino fundamental de uma escola estadual no Rio de Janeiro. Através de charges sobre situações cotidianas que envolvem o uso recreativo e abusivo de drogas foi possível identificar o potencial dessas ferramentas para elencar, reforçar e complementar conceitos científicos a partir da inter-relação com saberes cotidianos. Embora não substitua outros gêneros textuais, essa prática pareceu promover discussões sobre temas polêmicos visto que estimulava os estudantes para o exercício do pensamento. Segundo os autores, essa prática revelou que o humor associado com assuntos da ciência estimula o senso opinativo dos estudantes acerca do tema drogas. Assim, a proposta corroborou para redução do silêncio. Por meio das charges, é possível gerar rodas de discussão que indagam o poder opinativo dos participantes acerca de distintos fatores sociais relacionados ao consumo de entorpecentes. Nessa perspectiva, a preocupação pedagógica não está centrada em proibir, mas em fornecer espaços transversais mais humanizados que falem sobre drogas (COELHO; MONTEIRO; BARROS, 2017) e busquem romper os mitos da desinformação social (ACSELRAD, 2015).

Ainda no campo das iniciativas preventivas centradas na RD, convém lembrar uma proposta didática do Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde (LEAS), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Trata-se do Jogo da Onda, um jogo de tabuleiro e cartas que procura, de forma divertida, educativa e motivadora, esclarecer dúvidas e promover reflexões sobre a dimensão social e afetiva do consumo indevido de drogas. Através de situações-problema envolvendo o álcool e outras drogas, enfoca questões científicas, emocionais, familiares e pedagógicas. Pesquisas realizadas com estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas do Rio de Janeiro (ADADE, 2012; ADADE; MONTEIRO, 2014) durante partidas com o jogo revelaram que parte deles não considera o álcool e o tabaco como drogas, evidenciando a

dificuldade que os jovens têm de diferenciar as drogas lícitas das ilícitas. Diante desses achados, a RD se apresenta como uma proposta preventiva mais protetiva, tendo em vista que veicula saberes científicos e “transversaliza” discussões diversas num cenário de reflexões para tomadas de decisões mais sadias acerca do consumo de diferentes substâncias.

Nesse sentido, essas iniciativas revelam como os diálogos transversais podem enriquecer as aulas científicas. Através de suas experiências sobre o álcool, experiências de ressaca e da observação do comportamento de familiares e amigos, os estudantes podem ser questionados a dar seus pontos de vista e argumentar sobre suas percepções, num verdadeiro exercício de reposicionamento social. Quando é oferecida a possibilidade de refletir ou dar um parecer sobre um determinado comportamento, os jovens se revelam promissores e bastante analíticos (COELHO, 2016; COELHO; TAMIASSO-MARTINHON; SOUSA, 2017; MOFFAT *et al.*, 2017).

Partindo do contexto das ciências escolares, este trabalho oferece argumentos aos profissionais de ensino a favor de uma abordagem sobre drogas ausente de críticas e julgamentos e pedagogicamente disposta a “aproximar” os jovens da escola, tornando-os presentes e preparando-os com discussões de ordem social que os incluam e os socializem de forma consciente (COSTA, 2001). Frente a isso, entendemos uma abordagem pautada na RD como uma opção frente à minimização dos riscos e consequências do uso abusivo de substâncias, não necessariamente sua interrupção, mas as alternativas de uso consciente (HART, 2014; ACSELRAD, 2015). Assim, bebidas destiladas ou fermentadas, inalantes orgânicos e outros produtos psicoativos são assuntos convidativos nas aulas de química e biologia, seja por subsidiarem a compreensão de conteúdos básicos da disciplina, seja por motivarem os jovens a refletir sobre suas decisões, inclusive estimulando a maturidade e a emoção para o autoconhecimento (BRASIL, 1998; COSTA, 2001; MIDFORD *et al.*, 2012; COELHO; TAMIASSO-MARTINHON, SOUSA, 2017).

Traçando interlocuções com a literatura apresentada, podemos pensar em uma Educação sobre drogas respaldada pela RD como uma real pedagogia da presença (COSTA, 2001), onde o jovem não seja mais uma vítima, mas um protagonista de sua vida e de suas escolhas. Nesse sentido, não podemos descartar os adolescentes que necessitam de atenção e se encontram em situação de vulnerabilidade afetiva e social (COSTA, 2001; SODELLI, 2011) nas escolas de nosso país. Não é incomum acompanharmos casos de violência doméstica e abuso sexual de jovens pelos pais ou familiares, quase sempre associados ao consumo abusivo e, por vezes, patológico do álcool. Episódios como esses podem deixar marcas. Por isso é importante que olhemos os adolescentes com certo cuidado. Alguns necessitam essencialmente de uma ajuda

pessoal e social para a superação de obstáculos ao seu pleno desenvolvimento como pessoas e cidadãos. Como destaca Costa (2001), por vezes são necessárias práticas pedagógicas que “reconciliem” o jovem consigo mesmo. Nessa perspectiva, não se trata apenas de ressocializá-lo, mas de propiciar a ele uma possibilidade de socializar com os demais sujeitos para que ele se conscientize de um caminho mais digno (COSTA, 2001).

Ao abrir o espaço das aulas científicas para questões que envolvem os relacionamentos humanos (violência e agressividade com a embriaguez, beber cerveja para desafogar as tristezas ou relaxar com outras pessoas etc.) em relação ao uso do álcool, se discute não apenas conteúdos específicos da ciência como também se promove saúde de forma preventiva. Partimos da perspectiva de Sodelli (2011), ao reconhecer que, na escola, lidamos com diferentes formas de prevenção acerca do uso do álcool com o adolescente.

No nível da prevenção primária, oferecemos a oportunidade para os estudantes que nunca se apropriaram do álcool ouvirem os colegas e trazerem suas visões. No nível secundário de prevenção, abarcamos os anseios daqueles que já experimentaram o álcool e apresentam a experiência concreta em relação ao seu consumo. E no que tange a prevenção terciária, pode-se atingir os alunos que, de fato, apresentam uso problemático e não têm com quem conversar ou buscar orientações. É nesse sentido que a pedagogia da presença pode ser uma forma de resgate da autoestima e da compreensão do papel social do jovem nessas discussões de cunho social, buscando integrá-lo ao grupo (COSTA, 2001).

Em outras palavras, acreditamos no potencial preventivo e disseminador das aulas de química ou biociências a partir da abertura para discussões mais amplas acerca do consumo do álcool. Assim, no mesmo espaço, abarcam-se os três tipos de prevenção citados por meio de vivências e experiências diferentes. Essa estratégia nos parece mais convidativa porque é alimentada por laços afetivos da vida desses estudantes. Nessa tridimensionalidade preventiva é que acreditamos que a RD seja mais promissora pelo fato de não julgar o aluno, mas dialogar com ele sobre o assunto e construir canais de confiança que o torne menos vulnerável.

Em nosso entendimento, o enfoque da RD se aproxima da pedagogia da autonomia proposta por Freire (2011). Acselrad (2005) compartilha da mesma percepção ao compreender que a RD conjuga elementos essenciais para a reflexão e a intervenção no campo da prevenção ao uso abusivo de drogas e da promoção de saúde com qualidade. Essa perspectiva inclui todas as drogas, legalizadas ou não - incluindo o álcool, e não preza pela imposição da abstinência de forma radical para todos. Nesse caso, entende-se que muitos usuários não conseguem, não podem ou não querem interromper o uso. Para a autora, diferente do proibicionismo, a RD envolve uma dimensão dialógica preocupada com o educando (COSTA, 2001; FREIRE, 2011) e

compreensiva do fenômeno (sem assustar o aluno) que não deve ser confundido com permissividade. Parte do princípio que as pessoas vivem em contextos diversos de vulnerabilidade e de que a fragilidade não é algo apenas individual, mas coletiva e socialmente construída.

Centrado num modelo pedagógico com ênfase na autonomia dos estudantes (FREIRE, 2011) e na construção de espaços dialógicos, a RD nos parece a forma mais atraente de proteger os adolescentes contra danos futuros. Pensamos isso porque os discursos de proibição não parecem sensibilizá-los. Nessa direção, vemos a RD como uma abordagem mais dialógica: ao invés de pensar em proibir e punir a prática do uso do álcool pelo adolescente, tem como alvo a orientação e o autoconhecimento sobre como o uso/abuso dos produtos alcoólicos pode influenciar sua qualidade de vida. Como sinalizado no trabalho de Coelho e Monteiro (2017), uma Educação sobre drogas centrada na autonomia dos estudantes garante que todos possam ser ouvidos. Isso facilita o diálogo e integração entre várias áreas do conhecimento, corroborando para que as abordagens sobre drogas assumam um contorno científico, transversal e, sobretudo, multidisciplinar.

Notas finais sobre o proibir e o reduzir danos a partir de abordagens educativas

Com o massivo crescimento do tráfico e a penetração das drogas no espaço escolar com pouca dificuldade ou quase nenhuma, enxergamos a escola como uma instituição de grande (senão maior) potencial preventivo. A título de exemplo, eventos recentes como o **I EREQ** (Encontro regional da Rede Rio de Ensino de química – realizado em junho de 2017), o **Seminário Internacional Álcool, Saúde & Sociedade** (ENSP/FIOCRUZ, outubro de 2016), o **Encontro Nacional de Redução de Danos da Educação básica** (ENSP/FIOCRUZ, novembro de 2016) e o **V Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente** (V ENECiências/UFF, maio de 2018) ampliaram discussões com profissionais do ensino e da saúde sobre a influência das mídias, do despreparo da escola na abordagem do tema álcool e drogas e do crescimento do tráfico nas comunidades. Isso tem inibido e interferido nas relações escolares, seja amedrontando alunos e professores, seja desestabilizando o docente com a gama de informações inadequadas e enriquecidas com falsos mitos.

Sobretudo com o advento da internet e das propagandas de bebidas alcoólicas nas mídias, as discussões curriculares e metodológicas sobre drogas assumem maior relevância e centralidade. Por isso, as unidades de ensino assumem potencial para orientar, intervir e promover saúde para os jovens (sobretudo mental), mais até que em outros momentos históricos.

Falar sobre drogas não é algo fácil. Falar de forma proibitiva e punitiva, tampouco se revela a estratégia mais promissora. Não convence o adolescente, apenas o desaproximando do tema e das discussões. Como visto ao longo desse artigo, embora a RD carregue um viés autônomo e de ausência de prejulgamentos, alimentados pelo diálogo entre os sujeitos e respeito às diferenças, historicamente a política do proibicionismo ainda é marcante. Por isso, essa discussão pode ser desconfortável para muitos profissionais de ensino, sobretudo para aqueles que lecionam em comunidades regidas pelo tráfico. Reconhecemos essa limitação e, para tal, enxergamos a formação de professores como uma estratégia em potencial para, aos poucos, o tema penetrar no universo escolar com mais facilidade e conforto. Partir do diálogo e da escuta das vivências desses jovens pode corroborar com a aprendizagem. Por isso adotamos o termo espaços de diálogo e aprendizagem.

Em relação ao ensino de química e das biociências, buscamos sensibilizar o leitor para um olhar social, educativo e democrático em torno do consumo de álcool e outras drogas. Nosso propósito foi oferecer um contexto de multiplicidades e convite a outros assuntos relacionados com as bebidas alcoólicas. As disciplinas de biologia e química são cenários sugestivos. Como visto, existem iniciativas educativo-preventivas que associam o ensino das ciências com um contexto social mais amplo, articulando a RD nas ações educativas escolares.

Em suma, buscamos uma abordagem educativa sobre drogas que promova um ensino informativo, mas propicie paralelamente a reflexão crítica do mundo, nutrida pelo conhecimento das realidades onde os alunos habitam, sem buscar informar de forma assustadora e punitiva. É conveniente compreender o consumo de drogas como uma realidade humana, comprovada historicamente, implicando em admitir a ineficiência do impedimento dessa prática e considerando a diversidade e singularidades socioculturais envolvidas no uso das drogas. Acima de tudo, o que preconizamos de uma Educação sobre drogas não a enclausura ao corpo teórico de uma ou mais disciplinas científicas. Pautada na pedagogia da presença e da autonomia é possível conhecer, prever e lidar com os obstáculos cotidianos, preparando os jovens para estarem fortalecidos cientificamente e emocionalmente a fim de tomarem decisões sadias acerca do uso/abuso do álcool.

Referências

ACSELRAD, G. A educação para autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p.161-188.

_____. **Quem tem medo de falar sobre drogas?** Falar mais para se proteger. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.164.

AUSTRALIA. Australian Institute of Health and Welfare (AIHW). **Australia's Welfare 2008**. Canberra: AIHW, 2008.

ADADE, M. A visão de estudantes sobre drogas: subsídios para ações educativas orientadas pela redução de danos. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde. Rio de Janeiro, 2012.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n1/aop1140.pdf>> Acesso em 28 de maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Saúde. Brasília, DF: MEC/SEF, 19 BRASIL.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo do século XX. **Revista Outubro**, n.6, p. 115-128, fev. 2002.

_____. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 11-27.

COELHO, F. J. F. Projeto E3 - Encontro de Experiências com a EJA: formando multiplicadores para debates inclusivos sobre drogas na escola. **Revista Educação Pública**, v. 16, ed. 21, out. 2016.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: um olhar transversal rumo à democracia. In: IX Seminário Internacional Redes Educativas e Tecnologias. Rio de Janeiro, 6, 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.seminarioredes.com.br/ixredes/adm/trabalhos/diagramados/TR311.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S.; BARROS, M. D. M. Papo aberto sobre Cannabis: o uso de charges como estratégia educativa para estimular debates sobre drogas nas aulas de ciências e biologia. In: IV Encontro Regional de Ensino de Biologia da 4ª regional. Minas gerais, 2017. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1RAVW4qxd-pKN2doy0zzWOcAxm8NAZqDK/view>>. Acesso em 11 de janeiro de 2018.

COELHO, F. J. F.; TAMIASSO-MARTINHON, P.; SOUSA, C. Entre o dialógico e o emocional nas abordagens educativas sobre o uso do álcool e outras drogas. In: IV Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 11, 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Centro de Convenções, 2017. ISSN 2358-8829. Disponível

em:<http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA18_ID2198_05102017223604.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2018.

COSTA, A. C. G. **Pedagogia da presença: da solidão ao encontro**. 2. Ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HART, C. **Um preço muito alto**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

FERREIRA, M. M. S. R. S.; TORGAL, M. C. L. F. P. R. Consumo de tabaco e de álcool na adolescência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 18, n° 2, mar-abr, 2010.

MOFFAT, B.; HAINES-SAAH, R. J.; JOHNSON, J. L. From didactic to dialogue: Assessing the use of an innovative classroom resource to support decision-making about cannabis use. **Drugs: Education, Prevention and Policy**, n. 24(1): 85–95, 2017.

MIDFORD, R. Drug prevention programmes for young people: where have we been and where should we be going? **Addiction**, 105, 1688–1695, 2009.

MIDFORD, R.; CAHILL, H.; RAMSDEN, R.; DAVENPORT, G.; VENNING, L.; LESTER, L.; MURPHY, B.; POSE, M. Alcohol prevention: What can be expected of harm reduction focused drug education programme? **Drugs: Education, prevention and policy**, v. 19, n. 2, Abril, 2012.

PLACCO, V. M. N. S. Modelos de Prevenção do uso de drogas para adolescentes: concepções e ações de professores. In: SILVA, E. A.; DE MICHELI, D. (Orgs.) **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2011. p. 657 – 678.

RIBEIRO, M. De M. **Drogas e redução de danos: os direitos das pessoas que usam drogas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. p. 147.

SIMÕES, J. A. Prefácio. In: LABATE, B. C.; GOULART, S. L.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Org.). **Drogas e cultura: Novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 13-21.

SODELLI, M. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 3, p. 637-644, 2010.

SODELLI, M. A abordagem de redução de danos libertadora da prevenção: ações redutoras de vulnerabilidade. In: SILVA, E. A.; DE MICHELI, D. (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP/Unifesp, 2011. p. 599-616.

SOUZA, K.M.; MONTEIRO, S. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não-formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro. **Interface – Comunicação, Saúde, Educ.**, v. 15, n.38, p.833-844, jul./set. 2011.

TRIGUEIROS, D. P.; HAIEK, R. C. Estratégia de redução de danos entre usuários de drogas injetáveis. In: SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. **Panorama atual de drogas e dependência**. São Paulo: Atheneu, 2006. p. 355-358.